
Agricultura familiar e desenvolvimento econômico: um estudo de caso sobre a pecuária de Muriaé/MG

Family farming and development economic: a case study on livestock in Muriaé/MG

Kathellen Ferreira Lima * 

Caroline Miranda Alves de Souza ** 

Lia Hasenclever * 

Resumo

O setor agrícola tem se destacado pela relevante participação na balança comercial do Brasil, mas esse destaque só reflete a realidade de uma pequena parcela dos produtores rurais que ocupa grande parte do território. Por isto, o objetivo do artigo é entender como a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico do território nas diversas dimensões consideradas por Kageyama (2008). A metodologia utilizada foi exploratória seguida de um estudo de caso tomando por base o município de Muriaé-MG. As principais fontes de dados foram o Censo Agropecuário de 2017, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura do município e pesquisa de campo. Com base nos resultados foi possível observar que a agricultura familiar tem também um papel no processo de desenvolvimento econômico do território em suas dimensões emprego e renda, entretanto, o aprimoramento do processo produtivo, a busca por novos mercados, o investimento em tecnologia, a busca por regularização fiscal e sanitária não fazem parte da rotina dos produtores entrevistados, indicando que as políticas públicas locais em muito poderiam contribuir para ampliar as dimensões do desenvolvimento. Aponta-se, ainda, para a necessidade do envolvimento da administração pública local para incentivar as gerações futuras a enxergar o território rural como um negócio, se desprendendo da cultura que limita o exercício da atividade rural como objeto exclusivo para manutenção da subsistência familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar; desenvolvimento econômico; políticas públicas municipais; produtores agropecuários; Muriaé-MG.

* Universidade Candido Mendes, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

E-mails: fiscal.kat@gmail.com; lia.hasenclever@ucam-campos.br

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: carol_miranda91@hotmail.com

Abstract

The agricultural sector has played a significant role in the Brazilian trade balance, but this only reflects the reality of a small portion of rural producers who occupy a large part of the territory. Therefore, this article focuses on how family farming contributes to the economic development of the territory in the various dimensions considered by Kageyama (2008). The methodology was exploratory, and a case study was conducted based on the municipality of Muriaé, Minas Gerais State, Brazil. The principal data sources were the 2017 Agricultural Census published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, information provided by the Municipal Department of Agriculture and field research. The results suggest that family farming also contributes to the economic development process of the territory in terms of employment and income. However, improving the production process, finding new markets, investing in technology and working towards tax and health regularization are not part of the routine of the producers interviewed, showing that local public policies could do a lot to expand the dimensions of development. It also points to the need for local government to be involved in encouraging future generations towards seeing rural areas as a business, away from the culture that limits rural activities to the sole purpose of maintaining family subsistence.

Keywords: family farming; economic development; municipal public policies; agricultural producers; Muriaé-MG.

Introdução

A agricultura familiar faz parte das variáveis que integram o processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, a agricultura familiar é a sua principal base econômica.

Existe, entretanto, uma extensa controvérsia acerca da contribuição da agricultura familiar ao desenvolvimento econômico do país. Várias razões podem ser arroladas para explicar esta falta de consenso entre os estudiosos sobre o tema. A primeira delas é que a própria definição legal de agricultura familiar envolve distintos grupos de produtores rurais com diferentes graus de desenvolvimento econômico. Conforme estabelecido pela Lei 11.326 (BRASIL, 2006), se enquadram na definição pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, os quais não podem deter área maior do que quatro módulos fiscais, devem utilizar predominantemente mão-de-obra da própria

família, e ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

A segunda razão é a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. O primeiro implica também em desenvolvimento social (melhoria na distribuição) e político (avanço da democracia), além da contribuição à economia, enquanto o segundo é restrito à dimensão econômica (BRESSER-PEREIRA, 2007). Entretanto, Kageyama (2008), estudando o processo de desenvolvimento rural, afirma que ele deve ser entendido sob uma ótica multidimensional (social, política e econômica): “equilibrar os benefícios ao território e à população de forma a preservar o meio ambiente, dinamizar a economia e melhorar as condições de vida e bem-estar” (KAGEYAMA, 2008, p.157).

Outras razões que podem ser apontadas são o fato de o processo produtivo da agricultura familiar ser bastante rudimentar e ter baixa contribuição para a economia, havendo, por exemplo, falta de conhecimento adequado para a correta manipulação do solo (SCHUH; ALVES, 1971); e de a estrutura agrária do país não ter acompanhado a modernização da agricultura, trazendo resultados negativos para os pequenos produtores que ficaram à margem do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2010). Apesar disso, Nicholls (1972) destacou a relevância da agricultura brasileira, no processo de expansão da produção, ainda que dispondo de tecnologia arcaica.

Entretanto, como apontou Castro (1988), a agricultura no desenvolvimento brasileiro, dado que não houve divisão das propriedades rurais, como na Inglaterra, desempenhou um papel distinto e menos relevante para o processo de desenvolvimento industrial, contribuindo para exportar as desigualdades sociais do campo para as cidades. A consequência disto é que nem sempre a terra está disponível aos produtores familiares (IBGE, 2017). Segundo Alentejano (2020, p. 259), “essa inominável concentração fundiária segue inalterada, configurando talvez a principal marca histórica do campo brasileiro”. Essa é a visão também a de Lira Bizerra e Mançano Fernandes (2021) quando os autores discutem a dificuldade de avanço da reforma agrária no estado do Mato Grosso do Sul. Este aspecto é uma das principais dificuldades para o desenvolvimento da atividade que também sofre com a ausência de políticas agrícolas, as quais são destinadas preferencialmente para o agronegócio.

Além disso, desde os anos 2000, o Brasil tem o seu desenvolvimento alicerçado no extrativismo mineral e agrícola. Entretanto, observa-se que esse protagonismo

econômico, que pode ser inferido pelos recordes na produção de grãos e pela pujança dos saldos positivos da balança comercial brasileira, tem encontrado dificuldades em contornar as críticas relativas às demais dimensões do desenvolvimento, como, por exemplo, o desmatamento causado, as imposições para reformar o código florestal, a utilização de agrotóxicos, e o consumo de recursos hídricos para uma produção que, na maioria das vezes, destina-se ao mercado externo.

É pertinente observar, todavia, que, em meio às controvérsias sobre a relevância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento econômico, não se pode subestimar a capacidade que o setor possui para absorver todo o grupo familiar ativo em torno de uma atividade econômica, assim como, o fornecimento de produtos para o abastecimento do mercado interno, a manutenção da renda familiar - garantindo poder de compra dos pequenos produtores, e a desconcentração dos resultados positivos alcançados pela produção - distribuindo melhor os resultados entre os indivíduos envolvidos no processo produtivo (JESUS; VIEIRA, 2015; HENTZ; HESPANHOL, 2017).

De acordo com Mançano Fernandes (2004) existem duas interpretações conflitantes na teoria e na realidade que representam esta controvérsia sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento. O autor as denomina Questão Agrária e Capitalismo Agrário. Na visão do autor, ainda que a segunda visão tenha trazido importante contribuição para a compreensão da controvérsia ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista de que a única forma de produção seria o assalariamento, a primeira visão tem sido eficaz em demonstrar que “...há possibilidades de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato” (MANÇANO FERNANDES, 2004, p. 53).

Mediante esta controvérsia, o artigo pretende responder aos seguintes questionamentos: Como a agricultura familiar poderia ser uma alternativa para auxiliar no processo de desenvolvimento econômico? Qual o papel desempenhado pelas políticas públicas para melhorar as condições de vida no campo?

A hipótese investigada no artigo é que a agricultura familiar tem um papel no desenvolvimento econômico, tomado em suas múltiplas dimensões de acordo com Kageyama (2008), mas as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais poderiam ser menores com o apoio de políticas públicas, potencializando o seu desempenho.

O objetivo do artigo é investigar como a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico do território em suas dimensões econômica, social e política, e em que medida as políticas públicas poderiam potencializar essa contribuição, com foco na atividade agropecuária dos pequenos produtores no município de Muriaé-MG.

O artigo está estruturado em três seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira seção é informada a metodologia do artigo. Na segunda seção apresentam-se as políticas voltadas para a agricultura familiar no município de Muriaé, MG. Na terceira seção são apresentados os resultados do estudo de caso e a discussão dos resultados sobre a sua contribuição para o desenvolvimento econômico.

Metodologia

A investigação realizada é de natureza aplicada e exploratória. Os instrumentos utilizados foram revisão de literatura, pesquisa documental sobre as políticas direcionadas à agricultura familiar e estudo de caso sobre o desempenho socioeconômico do município de Muriaé-MG em uma das atividades da agricultura familiar (GIL, 2008).

A pesquisa se desdobra em duas etapas. A primeira consistiu na revisão bibliográfica e documental. Na segunda foi realizado um estudo de caso da atividade agropecuária no município de Muriaé-MG.

Na primeira etapa, investigou-se o papel do poder público na gestão de ambiente favorável para o desenvolvimento econômico do setor e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no contexto escolhido. A pesquisa documental envolveu o município e também as entidades do terceiro setor, tais como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater - MG), e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), responsáveis pela implementação das políticas federais e estaduais no âmbito local e pela prestação de serviços para o aprimoramento do setor.

Na segunda etapa, adotou-se a abordagem de Kageyama (2008) para observação da relevância da agricultura no contexto de desenvolvimento econômico do território. Segundo a autora, essa mensuração deve ser feita a partir de uma ótica multidimensional por compreender que o desenvolvimento econômico rural envolve várias dimensões,

como: (i) identificação dos fatores condicionantes a partir de indicadores que caracterizem a base demográfica e econômica; (ii) características do desenvolvimento rural, cuja composição abarca indicadores da atividade agrícola como diversificação e produtividade, indicadores de preservação ambiental e de pluriatividade no meio rural; e (iii) efeitos ou resultados do processo de desenvolvimento, com indicadores sobre renda, melhoria das condições de vida e da escolaridade.

O Quadro 1 indica as variáveis selecionadas a nível municipal para o estudo.

Quadro 1 – Variáveis e indicadores econômicos, sociais e ambientais por blocos

<p>1. <u>Características das bases demográfica e econômica</u> Densidade demográfica; % da população municipal residente na área rural; Média da idade dos moradores nos domicílios rurais Evolução do número de população rural Número de estabelecimentos agropecuários; Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários; Área dos estabelecimentos agropecuários; Área média dos estabelecimentos agropecuários (ha);</p> <p>2. <u>Bem-estar e equidade</u> Classe de idade do produtor; Escolaridade do produtor; Anos de estudo de pessoas com 7 anos ou mais; % da população de 7 a 14 anos que frequenta a escola Sexo do produtor; Cor ou raça do produtor; Domicílios com instalação sanitária</p> <p>3. <u>Estrutura e desempenho econômico</u> Valor bruto da produção; Classes de valor da produção; % área plantada; % da área plantada em estabelecimentos com até 10 ha; Produtividade do trabalho: valor da produção por pessoa ocupada na área rural; Renda domiciliar per capita; Pluriatividade: proporção de ocupados em atividades não-agrícolas em relação ao total de ocupados nos domicílios rurais;</p> <p>4. <u>Meio ambiente e sustentabilidade (inclusive políticas)</u> Tipo de prática agrícola (monocultura? conservação do solo?); Quantidade de estabelecimentos com florestas plantadas Origem da orientação técnica recebida; Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Os dados para essa análise foram extraídos do Censo Agropecuário de 2017 e da Secretaria de Agricultura do Município, além da aplicação de um questionário.

A coleta de dados da Secretaria de Agricultura de Muriaé refere-se a informações relativas a 162 propriedades sobre suas atividades e alcance das políticas públicas¹. Já o questionário foi aplicado aos produtores cadastrados e que voluntariamente se dispuseram a respondê-lo em 2022. Obteve-se 28 respostas, representando 17,3% das propriedades identificadas pela Secretaria de Agricultura. A íntegra do questionário encontra-se no Apêndice.

A análise do cadastramento envolveu a sistematização dos dados e sua discussão de forma comparativa com os dados do Censo Agropecuário. Quanto aos resultados do estudo de caso, eles foram apreciados frente às múltiplas dimensões de desenvolvimento econômico propostos por Kageyama (2008).

Políticas para a agricultura familiar no município de Muriaé

O município de Muriaé-MG dispõe de políticas relacionadas com as propostas federais e estaduais. Um exemplo é o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, cuja responsabilidade pela execução desse Programa fica a cargo da Emater-MG, contando com o auxílio do município, por meio de convênio, para manutenção do seu orçamento local. Atualmente o escritório é responsável por atender 26 comunidades rurais e conta com quatro profissionais para atender toda a demanda, o que explica o baixo percentual de alcance da instituição no local, conforme desenvolvido na seção dos resultados.

A municipalidade também conta com entidades do terceiro setor como Senar e Sebrae no processo de disponibilização de capacitações para os pequenos produtores. No período de 2021 a 2022 foram realizados 106 eventos de instrução técnicas pelo Senar, alcançando 2.820 produtores por meio de cursos. Um exemplo desses eventos voltados para a agropecuária foi o de trabalhador artesanal na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins. Já o Sebrae promoveu em setembro de 2022 o Encontro da

¹ A primeira autora deste artigo é Auditora Fiscal do município de Muriaé-MG e é responsável pela Sala Mineira do Empreendedor, a qual desenvolve programas de desenvolvimento econômico em parceria com a Secretaria de Agricultura. Portanto, na qualidade de servidora pública municipal envolvida nas ações realizadas, pôde utilizar os dados gerados no cadastramento das 162 propriedades.

Agricultura Familiar de Muriaé-MG, ofertando diversas oficinas e abrindo oportunidades para que os pequenos produtores pudessem expor seus produtos e realizar futuros negócios.

Além disso, o Município, por meio da sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, iniciou em 2021 um trabalho de reconhecimento das necessidades do setor rural para formulação de ações que tenham efetividade no ambiente dos produtores. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as visitas às propriedades para criar uma proximidade entre o setor rural e o poder público, facilitando o levantamento de informações sobre as atividades realizadas e identificação das dificuldades enfrentadas.

Com o cadastramento das propriedades foi possível conhecer o ambiente rural de Muriaé-MG e formalizar o Programa Campo Produtivo, por meio do Decreto Municipal 11.317/2022 (MURIAÉ, 2022a), o qual se apresenta como instrumento de produção de estratégias harmoniosas com as necessidades apresentadas pelos produtores rurais. A partir disto, várias ações foram desdobradas, tais como, capacitação para esses produtores sobre a gestão da propriedade por meio de parceria estabelecida com o Senar, denominada Negócio Certo Rural; certificação da produção pelo Selo Municipal da Agricultura Familiar (SMA), o qual teve por finalidade criar um primeiro nível para o processo de licenciamento sanitário compatível com a pequena produção rural, em que fosse possível trazer para a regularidade a fabricação dos produtos sem comprometer a qualidade exigida no processo de concessão do selo de inspeção exigido dos produtores.

A Lei Municipal 6.352/2022 (MURIAÉ, 2022b) permitiu a comercialização dos produtos com SMA nos processos de licitação pública para a merenda escolar limitado às instituições estabelecidas na jurisdição do município de Muriaé-MG.

Outra peculiaridade da ação municipal é o planejamento de procedimentos para alcançar efetividade nas Boas Práticas na Manipulação dos Alimentos, fazendo com que os produtos atendam às exigências sanitárias. Posteriormente, os participantes do Programa Campo Produtivo irão receber a visita dos técnicos da Emater-MG e Senar, para oferecer consultoria sobre as mudanças necessárias para adequação da produção. Somente superados esses procedimentos é que os pequenos produtores receberão a visita dos fiscais para realização e conclusão do licenciamento.

Outra situação que integra o processo de certificação é a preocupação ambiental relacionada à qualidade da água utilizada no processo produtivo. Pensando nisso, também passou a integrar o programa a implantação de fossas sépticas para preservação do lençol

freático, pois a correta destinação do esgoto produzido pela propriedade é garantia da qualidade da água pelos indivíduos e também da produção.

Além disso, está inserido no programa a parceria realizada entre o município e a Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) para realização do melhoramento genético do gado nas pequenas propriedades (CONAFER, 2022). Essa parceria visa melhorar a qualidade dos animais inseridos no ambiente da agricultura familiar e movimentar o setor da pecuária no município. Nesta iniciativa, as inseminações são disponibilizadas gratuitamente e todo processo para a efetivação da prenhez é realizado sem qualquer custo para o produtor. A inserção dessa ação ao Programa Campo Produtivo está viabilizando a desconcentração dos beneficiários da política pública, pois a integração entre as secretarias de Desenvolvimento Econômico e Agricultura está observando o alcance da benesse a todas as comunidades que integram a jurisdição municipal.

Sobre o fomento da mercantilização da produção rural, algumas ações já estão sendo implementadas, como, por exemplo, a disponibilização de estrutura e espaços gratuitos em todos os eventos realizados pelo município ou naqueles em que a prefeitura figure como parceira. Também será iniciada a denominada Feira Distrital, a qual seguirá o modelo da Feira do Produtor, onde os produtores comercializam seus produtos para as pessoas da cidade. A proposta inicial é oferecer a estrutura de barracas para que os pequenos produtores levem seus produtos até as comunidades e, dessa forma, venha incrementar as receitas do pequeno produtor com mais essa oportunidade.

Deve-se ressaltar que as ações priorizam os produtores que estiverem participando do Programa Campo Produtivo com a disponibilidade de exercer suas atividades de forma regular, tendo assim o suporte do Município para solidificar seu crescimento.

Resultados e discussão

O município de Muriaé está localizado no estado de Minas Gerais, região sudeste do país, integrando a Zona da Mata mineira. O estado de Minas Gerais possui vocação histórica na produção agrícola, sendo o detentor do quarto maior rebanho bovino do Brasil, e destacando-se como maior produtor de leite, com participação de 27,3% na produção nacional, segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) (IBGE, 2021a).

Em 2022, a contagem da população realizada pelo Censo foi de 104.108 habitantes (IBGE, 2023a), inferior ao número estimado em 2021 (109.997) (IBGE, 2021b). A atividade econômica concentrava-se na atividade terciária, seguida da indústria têxtil (IBGE, 2021b). A composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município, em 2020, era de 87,73% de participação do setor de serviços, 10,29% do setor de indústria e 1,99% do setor agropecuário (IBGE, 2023b).

A modesta representatividade do setor agrícola em Muriaé-MG, justifica-se pelo fato de que o município não abriga grandes latifúndios, sendo os pequenos agricultores os responsáveis pelo movimento deste setor. Em estudo realizado por Vasconcelos e Schindwein (2018), foi possível constatar que a média de ocupação destinada à atividade rural das 129 propriedades visitadas pelos autores em Muriaé era de 25 hectares. Portanto, a limitação de terras para o emprego da produção agrícola, acrescida da situação de que o objetivo principal da agricultura familiar não é a acumulação de capital, mas sim a manutenção da sua subsistência, ajudam a entender o desempenho em apenas um dígito na participação do PIB no município.

Segundo o IBGE (2017), o município de Muriaé-MG possui 1.894 estabelecimentos rurais e é responsável pela ocupação, em torno da atividade produtiva, de 3.871 pessoas vinculadas ao produtor responsável, e 1.807 pessoas terceirizadas. A produção agrícola do município concentra-se no cultivo de banana, café, hortaliças, milho, gado leiteiro e gado de corte.

Segundo o Censo 2010, 7,48% da população de Muriaé-MG pertencia à zona rural. A média de idade dos moradores em domicílio rural era de 45 a 65 anos de idade (IBGE, 2017). Também foi possível perceber a relevante ocupação das pessoas nas atividades rurais retratada pelo Censo (IBGE, 2017), em que 5.678 indivíduos estavam envolvidos na produção rural.

A sistematização das informações sobre o cadastro de 162 produtores de Muriaé-MG permitiu observar que a situação dos produtores na terra ocupada constitui-se basicamente de proprietários (75%) e arrendatários (19%), situação diferente do encontrado no Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o qual indicava uma proporção maior de proprietários (92%) e uma menor de arrendatários (5%). Esse resultado sugere que a situação de proprietários da terra entre os produtores locais é menor do que no país. A

média de terra ocupada na propriedade, encontrada na pesquisa, é de 33 hectares, seguindo situação semelhante a retratada no Censo (IBGE, 2017), que foi de 31 hectares.

Com base nos dados obtidos no cadastramento das propriedades, a produção leiteira das propriedades gira em torno de 117 litros por dia, com a prática de duas ordenhas por dia, sendo essa praticada em 64% dos casos de forma manual e em 32% de forma mecânica. Quanto à inseminação artificial, foi possível identificar que apenas 30% dos produtores realizam esse tipo de procedimento, e a média de animais que a propriedade possui fica em torno de 45 bovinos.

Sobre a situação estrutural das propriedades, foi possível identificar a posse de equipamentos e veículos à disposição do produtor. Quanto aos meios de locomoção que são utilizados pelos 162 produtores constatou-se que 37% declararam possuir automóvel; 17%, motocicleta; 3%, charrete; e 41% utilizam o transporte público.

Sobre a posse de equipamentos necessários para a manutenção das atividades, constatou-se que 90% declararam possuir a picadeira para preparo da alimentação do gado. Quanto à metodologia de armazenamento do leite, foi encontrado o cenário expresso no Quadro 2, que mostra que apenas 28% dos produtores realizam beneficiamento do leite.

Quadro 2– Formas de armazenamento do leite

Tanque coletivo	30%
Realiza o beneficiamento do leite	28%
Possui tanque próprio	17%
Realiza a entrega em lata	11%
Realiza a refrigeração por imersão	5%
Não responderam	9%

Fonte: Elaboração própria com base no cadastramento das propriedades.

Sobre a autonomia hídrica das propriedades, observou-se que em 62% dos casos o abastecimento era proveniente de nascentes, 20% de poço artesiano, e 18% combinavam poço, nascente e córregos. Identificou-se também uma experiência positiva com relação à preservação das nascentes por meio do Projeto Renascer, proposto em conjunto pela Prefeitura Municipal, Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Emater-MG. Pelo menos vinte nascentes foram protegidas na cidade com a instalação de proteção ao

redor das fontes, seguida da plantação de árvores nativas. Essa ação foi executada no período de 2014 e 2015, e contou com o apoio dos produtores e o seu comprometimento no cuidado para que as árvores não fossem cortadas (ANTUNES, 2015).

Quanto ao acesso às políticas públicas constatou-se que, sobre a fruição de crédito entre os 162 produtores, 53% não possuem nenhum tipo de financiamento ativo, 22% não souberam responder, e apenas 25% afirmaram possuir financiamento vigente no período das visitas para o cadastramento. Uma das causas identificadas é a falta de conhecimento sobre a disponibilidade de crédito e dificuldade para reunir a documentação necessária para conclusão do financiamento. Foi verificado, de forma geral, que os programas a nível federal e a nível estadual não conseguem produzir resultados esperados para os pequenos produtores. A falta de conhecimento sobre a existência de conteúdos e projetos para o setor rural se torna um empecilho para fruição das políticas públicas na região de Muriaé-MG.

Com relação à destinação da produção da agricultura familiar, proposta pelos programas Alimenta Brasil, antigo Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no universo das 162 propriedades, registrou-se pouca relevância dos programas mencionados no ambiente local. Sobre a destinação da produção leiteira foi possível observar que em 78% das propriedades o leite é direcionado para os laticínios, restando 9% para a produção de queijo e 5% para o comércio informal. Quanto à produção dos outros produtos não houve qualquer incidência de comercialização para a Administração Pública.

A baixa adesão observada aos programas voltados para a agricultura familiar pode ser o resultado de descrédito nas ações coletivas. Apenas 27% dos 162 produtores estavam vinculados em alguma associação ou sindicato, evidenciando que não existe grande preocupação com o pertencimento a grupos representativos do setor e talvez a baixa vocalização dessas associações ou sindicatos. Ou conforme constataram Hentz e Hespanhol (2017), em estudo realizado nos municípios de Cunha Porã e Santinho, localizados em Santa Catarina, um enaltecimento das cooperativas frente à invisibilidade dos agricultores, o que acaba gerando desconfiança dos produtores quanto aos benefícios de se cooperarem.

Estudo de caso

O estudo de caso realizado é composto por respostas de 28 produtores (17,3% dos 162 cadastrados) sobre várias dimensões do desenvolvimento econômico conforme abordagem de Kageyama (2008). Quanto aos dados econômicos, foi possível notar na Tabela 1 que a maior parte dos respondentes afirmou que a produção é de gado de leite (50%), seguido por gado de leite e corte (18%) e gado de corte (11%). A atividade de gado de leite também está presente em 36% dos demais produtores que mesclam essa atividade com outras, tais como café, corte, doces e hortaliças. Foi possível observar, portanto, a marcante concentração da atividade econômica em torno da pecuária, mesmo entre aqueles que diversificam suas atividades. Esse resultado é diferente do que ocorre com os pequenos produtores envolvidos na agricultura, os quais têm a diversidade produtiva como um dos pontos fortes.

Além disso, nota-se, ainda na Tabela 1, que, em média, há 2,5 pessoas ocupadas na atividade rural, variando de uma a cinco pessoas, e apenas 0,3 em atividades urbanas. Esse resultado mostra que a proximidade entre o urbano e o rural, conforme discutido por Kayser (1988), ainda não foi observada no caso estudado.

No que se refere ao valor bruto da atividade agropecuária mensal (última coluna da Tabela 1), 12 responderam que o valor bruto em reais era de até 5.000, sete que variava entre 5.000 e 10.000, cinco que variava entre 15.000 e 20.000 e quatro que eram superiores a 20.000. Esse resultado nos permite especular com a superioridade da renda mensal auferida nos estabelecimentos rurais se comparado com os da zona urbana. De acordo com dados de 2021, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), 67,19% da população possuía um rendimento de até dois salários-mínimos (R\$ 2.424,00), evidenciando que a atividade rural gera uma renda mensal mais atrativa do que a da grande massa de trabalhadores urbanos, pelo menos para as 16 propriedades que auferem valores superiores a 5.000 reais mensais no estudo de caso.

Tabela 1 – Dados econômicos

Qual a produção da propriedade (n. de respostas =28)	Pessoas ocupadas		Valor bruto atividade agropecuária mensal (R\$ de 2022)
	Atividade rural	Atividade urbana	
Café (1= 4%)	2	3	Até 5.000
Gado de Corte (3 = 11%)	2	0	Até 5.000
	1	0	Até 5.000
	4	0	Até 5.000
	2	0	15.000 a 20.000
Gado de Leite (14 = 50%)	4	0	Acima de 20.000
	3	0	5.000 a 10.000
	3	0	Até 5.000
	2	1	5.000 a 10.000
	2	0	5.000 a 10.000
	2	0	Acima de 20.000
	2	1	5.000 a 10.000
	3	0	Acima de 20.000
	2	1	15.000 a 20.000
	2	0	15.000 a 20.000
	2	0	Até 5.000
	2	0	15.000 a 20.000
	3	0	Acima de 20.000
	Gado de Leite e Café (2 = 7%)	3	0
3		0	Até 5.000
Gado Leite e Corte (5 = 17%)	3	0	15.000 a 20.000
	2	0	Até 5.000
	2	0	Até 5.000
	5	0	5.000 a 10.000
	2	0	5.000 a 10.000
Gado Leite e Corte, Doces (1 = 4%)	2	0	Até 5.000
Gado Leite, Hortaliças (2 = 7%)	3	0	Até 5.000
	2	2	Até 5.000
Total de pessoas ocupadas nas atividades rurais e urbanas	70	8	
Média de pessoas ocupadas nas atividades rurais e urbanas	2,5	0,3	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos dados sociais, apresentados na Tabela 2, de modo geral, notou-se que a maior parte dos produtores responsáveis são do sexo masculino (82%), com apenas cinco sendo do sexo feminino. Esse resultado, reflete provavelmente uma herança histórica em que o homem ocupava o papel de provedor da família, dando as diretrizes de como deveria ser a gestão do patrimônio e aplicação dos recursos levantados, o que denota um maior conservadorismo nas atividades agropecuárias.

Tabela 2 – Dados sociais (n. de respostas = 28)

Sexo do produtor responsável (n. de respostas)	Cor do produtor responsável (n. de respostas)	Idade do produtor responsável (anos)	Escolaridade do produtor responsável	
Feminino (5)	Branco (5)	31 a 40	Superior Incompleto	
		41 a 50	Médio Incompleto	
		51 a 60	Ensino Fundamental	
		51 a 60	Ensino Superior Completo	
		61 a 70	Ensino Fundamental	
Masculino (23)	Branco (20)	20 a 30	Ensino Médio completo	
		20 a 30	Ensino Médio completo	
		31 a 40	Ensino Fundamental	
		31 a 40	Ensino Fundamental	
		41 a 50	Ensino Fundamental	
		41 a 50	Ensino Fundamental	
		41 a 50	Ensino Fundamental	
		41 a 50	Ensino Fundamental	
		41 a 50	Ensino Fundamental	
		51 a 60	Superior Incompleto	
		51 a 60	Ensino Fundamental	
		51 a 60	Ensino Fundamental	
		51 a 60	Ensino Fundamental	
		61 a 70	Ensino Fundamental	
		61 a 70	Ensino Fundamental	
		61 a 70	Ensino Fundamental	
		61 a 70	Ensino Médio completo	
		61 a 70	Ensino Fundamental	
		mais de 71	Ensino Fundamental	
		mais de 71	Ensino Fundamental	
	Negro (3)	Negro (3)	31 a 40	Ensino Fundamental
			51 a 60	Ensino Fundamental
61 a 70			Ensino Fundamental	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a cor do produtor responsável (segunda coluna da Tabela 3), 89% se declararam brancos, sendo interessante analisar a falta de diversidade racial no território do município de Muriaé-MG se comparado com a situação do país, em que os negros são maioria. Cabe destacar que a média de terra ocupada pelos produtores informada pelos respondentes era de 33 hectares. Nesse sentido, vale destacar a publicação feita por Fonseca e Pina (2019) que corroboram os resultados encontrados sobre a cor dos proprietários:

No país todo há mais produtores negros que brancos – são 2,6 milhões de negros produtores para 2,2 milhões de brancos somando-se todos os tipos de propriedades, independentemente do tipo de cultivo ou do tamanho da terra. Contudo, os negros são maioria apenas nas terras que ocupam menos de 5 hectares. Dessa área para cima, os brancos ultrapassam os negros em todas as categorias. A partir de 20 hectares a desigualdade é nítida: quanto mais se aumenta o tamanho da propriedade de terra, menos negros são produtores rurais (FONSECA; PINA, 2019, p.1).

Quanto à idade do produtor responsável (penúltima coluna da Tabela 2), dois tinham de 20 a 30 anos, quatro de 31 a 40 anos, seis de 41 a 50 anos, sete de 51 a 60 anos, sete de 61 a 70 anos e dois tinham mais de 71 anos. Sendo possível perceber que o conjunto dos entrevistados segue a tendência de envelhecimento da população rural e as gerações futuras estão buscando oportunidades em outras atividades classificadas como urbanas.

Quanto à escolaridade do produtor responsável (última coluna da Tabela 2), 75% tinham ensino fundamental, quatro tinham ensino médio (completo ou incompleto) e três tinham ensino superior (completo ou incompleto). Esse resultado também é compatível com o nível de escolaridade inferior da população rural. É relevante destacar que mesmo possuindo nível de escolaridade baixo, os produtores rurais alcançam resultados financeiros significativos, se comparado com o cenário urbano.

Quanto aos dados ambientais, resumidos na Tabela 3, observou-se que 64% possuem instalação sanitária na propriedade e 36% não possuem. Além disso, notou-se que 68% possuem fossa negra, quatro possuem fossa seca, quatro possuem fossa séptica e um possui fossa biodigestora. É pertinente compreender que a fossa negra é uma solução simples, mas que constitui um vetor de contaminação do solo e do lençol freático. Essa modalidade consiste na abertura de um buraco no solo para onde todo o esgoto da propriedade é direcionado, resultando em sua infiltração no solo e possíveis futuros problemas ambientais. A fossa seca segue a mesma metodologia estrutural, entretanto ela está apta para receber os materiais sólidos ou pastosos. Os riscos de contaminação do solo são semelhantes ao da fossa negra.

Tabela 3 – Dados ambientais

Instalação Sanitária na propriedade (n. de respostas = 28)	Tipo de Fossa (n. de respostas)
Não (10 = 36%)	Fossa Negra (9)
	Fossa Seca (1)
Sim (18 = 64%)	Fossa Seca (3)
	Fossa Séptica (4)
	Fossa Biodigestora (1)
	Fossa Negra (10)

Fonte: Elaboração própria.

A fossa séptica e a biodigestora são as soluções mais modernas e adequadas ao meio ambiente. Esses dois tipos de fossa possuem a capacidade de tratar o esgoto produzido nas propriedades e evitar qualquer tipo de contaminação do solo e lençol

freático. De acordo com a Tabela 3, apenas cinco produtores entre os entrevistados possuem essa condição.

No que se refere a crianças na propriedade, observou-se que 50% (14) afirmaram que havia crianças de 7 a 14 anos na propriedade, mas que todas frequentavam a escola, conforme informação da Tabela 4.

Tabela 4 – Crianças na propriedade

Na propriedade existe criança de 7 a 14 anos que não frequenta escola?	Idade das crianças que vivem na propriedade	Período escolar
Não (14)	2 anos, 14 anos e 15 anos	8° e 1° ano
	14 anos	Fundamental
	5 anos	Pré escola
	7 anos	Fundamental
	13 anos	Fundamental
	13 anos	Fundamental
Sim (4)	13, 09 e 06 entre 7 e 14 anos	Fundamental -
Não existem crianças até 14 anos na propriedade (10)	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, existiam 14% das propriedades (4) que tinham crianças menores de sete anos na propriedade que não frequentavam a escola, e 36% declararam que não havia criança até 14 anos nos estabelecimentos visitados.

Dessa forma, foi possível compreender a importância que a população rural atual destina à educação, pois as crianças, com faixa etária a partir dos 7 anos, estavam matriculadas na rede de ensino. Entretanto, é relevante ressaltar que, de acordo com a Constituição Federal, art. 208, I, com redação da Emenda Constitucional 59/2009, a educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a pré-escola deve ser oferecida às crianças de 4 e 5 anos (art. 30, II) e o ensino fundamental obrigatório inicia-se aos 6 anos de idade (art. 32, caput). Foi identificado junto à Secretaria de Educação do município de Muriaé-MG que existe essa oferta nas escolas rurais, entretanto, no universo da pesquisa, esse público de 4 a 6 anos não utilizavam o benefício do serviço público ofertado.

Conclusão

O ambiente rural possui grande protagonismo nos meios de comunicação e nos discursos dos representantes do setor, mas os argumentos são voltados para a relevância gerada na balança comercial relacionado aos produtos destinados ao abastecimento do mercado externo e a potência do agronegócio. Essa realidade cheia de glamour, dotada de tecnologia de ponta que respira o progresso do campo, a qual consome a maioria dos programas de governo e ocupa a maior parte daquilo que significa o rural brasileiro, precisa ser melhor compreendida.

O estudo de caso realizado nesta pesquisa mostrou que a agricultura familiar trouxe resultados econômicos, auferidos pela renda média mensal gerada pelas propriedades, bastante superior aos salários médios mensais em atividade urbana. A atividade rural se apoia no emprego de mão de obra familiar, mas as crianças que ali habitam frequentam a escola, diferente do passado onde era comum o trabalho infantil. Os aspectos ambientais ainda se mostram aquém do desejado, prejudicando o aspecto da sustentabilidade ambiental. Foi possível concluir também que a acumulação de capital e o reinvestimento nas propriedades não é uma preocupação relevante para o grupo da agricultura familiar. Portanto, o aprimoramento do processo produtivo, a busca por novos mercados, o investimento em tecnologia, a busca por regularização fiscal e sanitária, não fazem parte da rotina produtiva deste setor.

Esses resultados indicam que, nos aspectos do desenvolvimento econômico, entendido como um processo que precisa equilibrar aspectos econômicos, sociais e ambientais, ainda não foi possível se observar, no estudo de caso realizado, uma situação ideal. Todavia, ficou claro que a agricultura familiar é um segmento do setor rural capaz de gerar resultados econômicos e sociais. Essa afirmação é fundamentada na abordagem de desenvolvimento econômico utilizado no estudo e na observação prática aferida na pesquisa de campo. De fato, nas entrevistas realizadas no estudo de caso, apesar da diversidade de auxílios ofertado pela Emater e Prefeitura, além das políticas federais e estaduais, constatou-se que essas assistências locais são ainda insuficientes e, considerando o comodismo cultural dos produtores, há uma reduzida participação nos programas de reciclagem e aprendizado de coisas novas.

Entretanto, verificou-se também no estudo a baixa efetividade de políticas públicas para o pequeno produtor. No decorrer do trabalho foram observadas diversas ações com a intenção de fomentar o desenvolvimento rural através de políticas públicas advindas de todas as esferas federativas. Contudo, poucos resultados foram observados sobre a cobertura desses programas no público selecionado.

O conjunto de informações sobre o ambiente de pesquisa leva à compreensão de que falta acompanhamento no processo de aplicação dos programas voltados para o setor rural. Uma das proposições levantadas para solucionar essa deficiência é a necessidade de integração de ações com a administração pública local, a qual deveria estar envolvida no processo de implementação para conferir suporte nas etapas de difusão dos programas, disponibilização de explicações sobre como conseguir habilitação para se tornar participante e acompanhar a conciliação dos resultados com as propostas inicialmente apresentadas.

Outra realidade é a falta de disposição das gerações futuras em enxergar o território rural como um negócio propriamente dito, e por isso foi possível visualizar uma população rural que segue envelhecendo sem perspectiva para ampliar a atividade econômica realizada.

Contudo, a agricultura familiar é um setor que sobrevive a todas as dificuldades e consegue manter o grupo familiar em torno de uma atividade econômica, conferindo dignidade e partilha justa a todos os envolvidos na atividade rural.

Por meio da pesquisa foi possível entender que a agricultura familiar pode ter um papel relevante no desenvolvimento econômico do município e que esta atividade deve ser incentivada e acompanhada. Existem muitas oportunidades a serem exploradas no ambiente rural, e o poder público local possui maior facilidade para conduzir os produtores no caminho de melhorias e melhor desempenho econômico.

Foi possível perceber ainda que existe grande expectativa com o Programa Campo Produtivo instituído pelo município de Muriaé-MG, a integração de vários atores envolvidos em torno do mesmo propósito que é melhorar o ambiente econômico rural, oferecendo suporte técnico, atualizando as legislações aplicáveis, apoiando o processo de mercantilização dos produtos com a qualificação produtiva e abertura de novos pontos de vendas.

Por fim, conclui-se que a agricultura familiar possui a virtude de sobreviver independentemente do auxílio estatal, que quase sempre é insuficiente e ineficiente, e ainda dispõe da prerrogativa de garantir o suprimento existencial sem a necessidade do

assistencialismo que se perpetua no ambiente urbano. Enfim, ela já é capaz por si só de contribuir para o desenvolvimento econômico em alguma de suas dimensões consideradas, mas se apoiada pelas políticas públicas poderia ampliar ainda mais esse potencial.

A contribuição do estudo foi ampliar a compreensão do papel da agricultura no desenvolvimento, questão muito controversa segundo as diferentes visões de vários autores trazidas na introdução, e ao mesmo tempo entender a relevância e as dificuldades das políticas públicas em todos os níveis federativos em contribuir para a melhoria das condições de vida no campo de forma alternativa ao agronegócio. Esta contribuição foi trazida a partir de um estudo de caso original, mas que ainda é limitada. Dessa forma, entende-se a necessidade de realização de outros estudos de caso e estudos mais amplos que busquem investigar a importância da agricultura familiar.

Referências

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra de a reforma agrária. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, v. 4, n. 42, p. 251-285, dez. 2020.

ANTUNES, R. Projeto de preservação de nascentes é destaque em Muriaé. **G1 Zona da Mata-MG**. 22 fev. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/02/projeto-de-preservacao-de-nascentes-e-destaque-em-muriae.html#:~:text=Projeto%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20nascentes,Muria%C3%A9%20%7C%20Zona%20da%20Mata%20%7C%20G1&text=Renascer%20%C3%A9%20uma%20parceria%20entre,j%C3%A1%20foram%20preservadas%20no%20munic%C3%ADpio.&text=Em%20Muria%C3%A9%20%20na%20Zona%20da,programa%20socioambiental%20chama%20a%20aten%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 out. 2022

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11326.htm Acesso em: 8 out. 2022.

CASTRO, Antônio B. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, v. 1., 1988.

CONAFER - Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais. **+Pecuária Brasil**: ao ultrapassar 500 municípios, maior programa de difusão genética do país é uma revolução na pecuária familiar. CONAFER. 7 jun. 2022.

Disponível em: <https://conifer.org.br/pecuaria-brasil-ao-ultrapassar-500-municipios-maior-programa-de-difusao-genetica-do-pais-e-uma-revolucao-na-pecuaria-familiar/>
Acesso em: 10 out. 2022

FONSECA, B.; PINA, R.. Levantamento inédito revela que propriedades agropecuárias de negros ocupam metade da área das terras de brancos; entre as maiores propriedades, há quatro brancos para cada negro. **Publica**: agência de jornalismo investigativo. 19 nov, 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco/> Acesso em: 6 fev. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. M. Políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho/SC. **Revista Campo-Território**, v. 12, n. 27, p. 29-58, ago. 2017.
DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT122702>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/pesquisa/23/24304?detalhes=true> Acesso em: 9 jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/pesquisa/24/76693> Acesso em: 8 jul. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM**, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/leite/br> Acesso em: 8 jan. 2023

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Muriaé, MG**. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/muriae.html>
Acesso em: 9 jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama> Acesso em: 21 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2020**. 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pi-b-por-municipio&c=3143906> Acesso em: 21 set. 2023.

JESUS, J. N.; VIEIRA, T. M. Campesinato e modernização da agricultura: avanços e contradições no limiar do século XXI. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), v. 8, n. 2, set. 2015 (Edição Especial)

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

KAYSER, B. Permanence et perversion de la ruralité. **Études Rurales**, Paris, v.109, p.75-108, 1988. DOI: <https://doi.org/10.3406/rural.1988.3223>

LIRA BIZERRA, F.; MANÇANO FERNANDES, B. A paralisação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul: o MST como referência da luta pela terra e território (1984-2019). **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 42, out. 2021, p. 227–247. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT164209>

MANÇANO FERNANDES, B. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Lincoln Lecture**. Lincoln Institute of Land Policy. 2004.

MURIAÉ. Decreto 11.317/2022. **Programa Campo Produtivo**. 2022a. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar> Acesso em: 9 jan. 2023.

MURIAÉ. **Lei 6.352/2022**. 2022b. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar> Acesso em: 9 jan. 2023.

NICHOLLS, W. H. A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. **Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, out/dez 1972, 26(4): 169-206.

OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. **Os Anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Processo Histórico do Desenvolvimento Econômico**. 2007. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.21.ProcessoHistoricoDoDesenvolvEconomico-Agosto23.pdf> Acesso em: 2 abr. 2022.

PREFEITURA EM PAUTA. **Muriaé**. 2023. Disponível em: <https://www.prefeituraempauta.com.br/cidade/4002/minas-gerais/muriae.html#:~:text=J%C3%A1%20em%202017%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,nasce%20em%20Muria%C3%A9%20C3%A9%20muriaense> Acesso em 10 fev. 2023.

SCHUH, G. E.; ALVES, E. R. de A. **O desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1971. 369 p. il. (Serie de Agricultura, 5) Tradução de Victor J. Pellegrini.

VASCONCELOS, J. M. C.; SCHILINDWEIN, M. N. Caracterização da pecuária leiteira do município de Muriaé/MG: um estudo dos produtores familiares. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, 8(4), 2018. DOI: <https://doi.org/10.21206/rbas.v8i4.3061>

Apêndice – Questionário: Agropecuária e Desenvolvimento Econômico

Prezado respondente,

O questionário é anônimo e as respostas não serão individualizadas, apenas relatadas de forma agregada para caracterizar o perfil do município de Muriaé nesta atividade. Desde já agradecemos a sua colaboração.

1 - Em que consiste a produção na sua propriedade? (pode ser marcada mais de uma resposta)

Gado de Leite Gado de corte Hortaliças Doces Embutidos Derivados do leite (queijo e iogurte)

2 - Qual a idade do produtor rural responsável pelo processo produtivo da propriedade?

entre 20 a 30 anos

entre 31 a 40 anos

entre 41 a 50 anos

entre 51 a 60 anos

entre 61 a 70 anos

mais de 71 anos

3 - Qual o sexo do produtor responsável pela propriedade?

Feminino Masculino

4 - Qual a cor do produtor responsável pela propriedade?

Branco Negro Amarelo Pardo

5 - Qual a escolaridade do produtor rural responsável pelo processo produtivo da propriedade?

Ensino Fundamental (antigo primário)

Ensino Médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino Superior incompleto

Ensino Superior Completo

6 - Existe instalação sanitária na propriedade?

Sim Não

7 - Qual tipo de fossa foi implantado na propriedade?

Fossa seca

- Fossa negra
- Fossa de pedra
- Fossa séptica
- Fossa biodigestora

8 - Caso haja menores de 14 anos na propriedade, informe a idade e o período escolar que se encontra:

Idade:

Período escolar que se encontra:

9 - Na propriedade existe alguma criança entre 7 e 14 anos que não frequenta a escola?

- Sim () Quantas
- Não

10 - Qual o valor bruto da produção obtido mensalmente com as atividades agropecuárias?

- Até 5.000,00 por mês
- Entre 5.000,00 a 10.000,00 por mês
- Entre 10.000,00 a 15.000,00 por mês
- Entre 15.000,00 a 20.000,00 por mês
- Acima de 20.000,00 por mês

11 – Qual o valor da renda mensal total do domicílio?

- Até 5.000,00 por mês
- Entre 5.000,00 a 10.000,00 por mês
- Entre 10.000,00 a 15.000,00 por mês
- Entre 15.000,00 a 20.000,00 por mês
- Acima de 20.000,00 por mês

12 - Na propriedade habitam:

Nº _____ de pessoas ocupadas na atividade agropecuária

Nº _____ de pessoas ocupadas com atividades urbanas

Recebido em 28/06/2023.

Aceito para publicação em 08/09/2023.